



GEORGE STEINER nasceu em Paris, em 1929. Iniciou a sua carreira académica em 1956, na Universidade de Princeton. Desde então, tem-se repartido entre as mais prestigiadas universidades do Mundo: Yale, Cambridge, Oxford, Genebra, Nova Iorque, Harvard. Em 1998 recebeu o Prémio Truman Capote (relativo a toda a sua carreira) e foi eleito Membro da Academia Britânica. Actualmente é Professor Weidenfeld de Literatura Comparada na Universidade de Oxford, Professor Charles Eliot Norton de Poesia na Universidade de Harvard e Extraordinary Fellow na Faculdade Churchill da Universidade de Cambridge. É autor de diversos ensaios de crítica literária e de obras de ficção, publicando regularmente resenhas e artigos em revistas e jornais como *New Yorker*, *Times Literary Supplement* e *The Guardian*. Vive em Cambridge, no Reino Unido.

GEORGE STEINER

O SILÊNCIO DOS LIVROS

seguido de
ESSE VÍCIO AINDA IMPUNE
de MICHEL CRÉPU

ENSAIO

gradiva



GEORGE STEINER

O SILÊNCIO DOS LIVROS

seguido de

Esse Vício Ainda Impune

de Michel Crépu

TRADUÇÃO
MARGARIDA SÉRVULO CORREIA

gradiva

O *Silêncio dos Livros* foi publicado em Francês na revista *Esprit*, em Janeiro de 2005, com o título *O Ódio ao Livro*.

Título do original: *Le Silence des livres* suívi de *Ce Vice encore impuni*

O *Silêncio dos Livros* © George Steiner, 2006

Esse Vício Ainda Impune © Arléa, Fevereiro de 2006

Tradução: Margarida Sérulo Correia

Revisão de texto: Maria de Fátima St. Aubyn

Capa: foto: © Stephen Mallon/Corbis/VMI
design gráfico: Armando Lopes

Fotocomposição: *Gradiva*

Impressão e acabamento: CEM — Artes Gráficas, Barcelos
Reservados os direitos para Portugal por:

Gradiva — Publicações, L.^{da}

Rua Almeida e Sousa, 21 — r/c esq. — 1399-041 Lisboa
Telef. 21 393 37 60 — Fax 21 395 34 71

Dep. comercial: Telef. 21 397 40 67/8 — Fax 21 397 14 11
geral@gradiva.mail.pt / www.gradiva.pt

1.^a edição: *Junho de 2007*

Depósito legal n.º 260 388/2007

gradiva

Editor: *Guilherme Valente*

O Silêncio dos Livros

Visite-nos na Internet
www.gradiva.pt

Temos tendência a esquecer que, por serem altamente vulneráveis, os livros podem ser suprimidos ou destruídos. Como as demais produções humanas, os livros são portadores de uma história, história essa cujos primórdios continuam já em germe a possibilidade ou a eventualidade de um fim.

Pouco sabemos acerca desses primeiros passos. Na China, textos de natureza ritual ou didática remontam com certeza ao segundo milênio anterior à nossa era. Quer os escritos administrativos e comerciais produzidos na Suméria, quer os proto-alfabetos e alfabetos nascidos no Mediterrâneo oriental são testemunhos de uma evolução complexa, cuja cronologia rigorosa ainda está por determinar. Na nossa tradição ocidental, os

primeiros «livros» foram tabuinhas de leis, registros comerciais, prescrições médicas, ou previsões astronómicas. As crónicas historiográficas, intimamente associadas a um tipo de arquitectura triunfalista e a comemorações de vingança, precederam, com toda a certeza, tudo aquilo a que chamamos «literatura»; ou seja, a epopeia de Gilgamesh, já que os mais antigos fragmentos datados da Bíblia dos Hebreus são tardios, muito mais próximos do *Ulisses* de James Joyce do que das suas próprias origens, que se relacionam com o canto arcaico e a narrativa oral.

A escrita constitui um arquipélago na imensidade oceânica da oralidade humana. A escrita — e não vale a pena determo-nos nos diferentes formatos que o livro foi assumindo — configura um caso à parte, uma técnica específica de entre um todo semiótico maioritariamente oral. Milhares de anos antes do processo de desenvolvimento das formas escritas já se contavam histórias, já se transmitiam por via oral ensinamentos de carácter religioso e mágico, já se compunham e se transmitiam fórmulas encantatórias de amor, ou então anátemas. Chegou até

nós, alheia a toda e qualquer forma de alfabetização, uma multidão de sonoridades vindas de comunidades étnicas primitivas, de mitologias elaboradas, de saberes tradicionais relativos à natureza. Não existe neste planeta um único ser humano que não mantenha com a música um qualquer tipo de relação. A música, sob a forma do canto ou da execução instrumental, parece ser de facto universal. É a linguagem fundamental para comunicar sentimentos e significações. A maior parte das pessoas não lê livros. Porém, canta e dança.

Mestres e discípulos: presenças reais

Ainda hoje a nossa sensibilidade ocidental e as nossas mais comuns referências interiores provêm de uma dupla origem: Jerusalém e Atenas. Ou, para sermos mais exactos, a nossa herança intelectual e ética, bem como a leitura que fazemos da nossa identidade e da morte, vêm-nos directamente de Sócrates e de Jesus de Nazaré. Nenhum deles, contudo, fez questão de ser autor e muito menos de ser publicado.

No conjunto das intervenções socráticas existentes nos diálogos de Platão, panóplia inesgotável de complexidade e de prodigalidade, tal como nas memórias de Xenofonte, não é possível encontrar senão uma ou duas referências breves ao uso do livro. Há uma altura em que Sócrates pede para verificar, no manuscrito respectivo, as citações de um filósofo anterior a ele. Para além disto, o essencial da lição e do destino exemplar de Sócrates, tal como Platão o refere e tal como mais tarde os pensadores de tradição socrática — Aristóteles, por exemplo — o recordam, pertence à linguagem oral. Sócrates não escreveu nem ditou.

São profundos os motivos que explicam esta questão. O confronto olhos nos olhos e a comunicação oral em espaços públicos são razões essenciais. O método socrático vive acima de tudo da oralidade, na qual o encontro factual, a presença e o acto da presença de um interlocutor são indispensáveis. Com uma arte perfeitamente comparável à de Shakespeare ou de Dickens, os diálogos de Platão actualizam a mediação corporal de todo o discurso articulado. A bem conhecida

fealdade de Sócrates, a sua inacreditável resistência física no combate como nas libações, a sua retórica gestual e a gestão que fazia do tempo de repouso, a alternância dos passeios com as pausas geradoras de perguntas e reflexões dão corpo (a expressão usada por Shakespeare é «põem em corpo») ao aparecimento do argumento e do sentido. Em Sócrates, o pensamento, mesmo o mais abstracto, e a alegoria, mesmo a mais impenetrável, supõem a experiência vivida, irreduzível a toda e qualquer textualidade muda. O carisma fascinante que irremediavelmente atraía amantes e discípulos, a insistência desconcertante que punha na revelação do mais fundo das pretensões humanas e da propensão do homem para a mentira, coisa que punha fora de si os seus detractores, resultavam apenas de um conjunto de recursos vocais e faciais e de cenários pouco usuais. A brusca mudança de atitude de Sócrates, subitamente mergulhado na mais profunda reflexão num momento inesperado e num local despropositado, era tão essencial à aplicação dos seus ensinamentos como as palavras que efectivamente pronunciava.

A crítica da escrita, que Platão faz no diálogo *Fedro*, resumida num mito egípcio bem conhecido, reflecte sem qualquer dúvida aquilo que o filósofo sentia relativamente aos métodos parodoxais praticados pelo mestre. Como sempre, a ironia está presente no discurso platónico: pois não era ele próprio um escritor excepcional, autor de uma obra vasta? No entanto, os argumentos contra a escrita avançados na fábula são de um peso esmagador e continuam irrefutáveis, talvez até aos nossos dias.

No texto escrito, quer se trate de uma tabuinha de argila, de um pedaço de mármore, de papiro ou de pergaminho, quer tenha sido gravado em osso, guardado em rolo ou impresso em livro, está presente um grau máximo de autoridade (vocábulo que, como o étimo latino *auctoritas*, encerra em si a palavra «autor»). O simples facto de escrever, de lançar mão de uma transmissão escrita, significa reivindicar para si o estatuto do discurso magistral, do canónico. Todo e qualquer texto escrito é da ordem do contratual, o que é uma evidência no caso dos documentos teológico-litúrgicos, de todo e qualquer código

jurídico, tratado científico ou manual técnico e, também, de maneira muito vinculada embora mais subtil ou até subversiva, no caso dos textos cómicos e efémeros. O texto escrito implica, entre o autor e o respectivo leitor, a promessa de um sentido.

Por essência, o escrito é normativo. É «prescritivo», termo cuja riqueza conotativa e semântica exige uma atenção especial. «Prescrever» significa «dar ordem de», ou seja, «antecipar-se» e «circunscrever a» (mais uma locução que fala por si) um domínio do comportamento, ou da interpretação do consenso intelectual ou social. As palavras «inscrição», «*script*», ou «escriba» e o muitíssimo produtivo campo semântico a que pertencem associam íntima e inevitavelmente o acto de escrever a práticas de governação. A «proscrição», vocábulo aparentado com os anteriores, soa a exílio ou a morte. De todas as maneiras possíveis, mesmo que disfarçados sob a aparência de coisa ligeira, os actos que se reportam ao escrito, como que engastados nos livros, manifestam relações de poder. O despotismo, exercido pelo clero, pelos políticos ou pela lei sobre os iletrados activos e passivos, mais não faz do que revelar esta

absoluta e fundamental verdade. A forma como a autoridade está implicada num texto, ou a apropriação e uso exclusivo dos textos por parte de uma elite de letrados, são sinais de poder. Há uma espécie de verdade inquietante nos volumes fechados a cadeado das bibliotecas monásticas medievais. O escrito apodera-se dos sentidos; segundo S. Jerónimo, o tradutor conquista o sentido, tal como o conquistador vitorioso se faz acompanhar, no regresso a casa, pelos seus prisioneiros.

Os déspotas não vêem com bons olhos o desafio e as contradições, e muito menos os promovem. Os livros também não. A única forma de que dispomos para tentarmos questionar, refutar ou provar a falsidade de um texto passa sempre por escrevermos outro texto. O texto sobre o texto. Daí, a lógica do comentário interminável e do comentário do comentário que, como ressoa já em tom de desespero no *Eclesiastes*, insinua a hipótese de não haver fim para a «fabricação dos livros». (Trata-se do dilema especificamente talmúdico que encontramos perpetuado no conceito freudiano de «análise sem fim».) Em com-

pleta oposição, a metáfora platónica sustenta que a permuta oral permite ou, melhor, autoriza o imediato questionamento, a contradecaração e a correcção. Permite a todo aquele que se propõe mudar de opinião fazer marcha-atrás, se for caso disso, e expor as suas teses à luz de uma pesquisa comum e de uma investigação partilhada. A oralidade exige a verdade, a honestidade necessária à autocorreção, e a democracia, enquanto partilha comum («a demanda comum» de F. R. Leavis). O texto escrito, o livro, tornará tudo isto caduco.

O segundo aspecto que ressalta do mito de *Fedro* não é menos significativo. O recurso à escrita debilita o poder da memória. Aquilo que fica escrito e que, portanto, pode ser armazenado — como na «base de dados» do nosso computador — já não precisa de ser confiado à memória. Cultura oral é aquela que constantemente reactualiza as memórias; um texto, ou uma cultura do livro, autoriza (uma vez mais, esta palavra delicada) todas as formas de esquecimento. A distinção conduz-nos ao cerne da identidade humana e da *civiltas*. Onde quer que a memória

seja dinâmica, onde quer que sirva de instrumento a uma transmissão psicológica e comum, a herança passada transforma-se em presente. A transmissão de mitologias matriciais e de textos sagrados através dos milénios, o facto de ser possível a um bardo ou a um aedo reproduzir narrativas épicas extremamente longas sem qualquer suporte escrito atestam o poder da memória, quer do executante, quer do ouvinte. Saber «de cor» — e que manancial de informação nesta locução — supõe a apropriação de qualquer coisa e o ser possuído pelo conteúdo do saber em questão. Quer isto dizer que autorizamos o mito, a prece ou o poema a virem implantar-se e florir no interior de nós mesmos, enriquecendo e modificando a nossa paisagem interior, tal como, por sua vez, cada uma das incursões através da vida modifica e enriquece a nossa existência. Aliás, para a filosofia e a estética antigas, a memória era a mãe das musas.

Quando a escrita levou a melhor e os livros facilitaram um tanto as coisas, a grande arte mnemónica caiu no esquecimento. A educação moderna cada vez se assemelha mais a uma

amnésia institucionalizada. Deixa o espírito da criança vazio do peso das referências vividas. Substitui o saber de cor, que é também um saber do cor(ação), pelo caleidoscópico transitório dos saberes efémeros. Reduz o tempo ao instante e vai instilando em nós, até enquanto sonhamos, uma amálgama de heterogeneidade e de preguiça. Podemos afirmar que tudo o que não aprendemos e não sabemos de cor — adentro dos limites das nossas faculdades sempre imprecisas — é aquilo de que verdadeiramente não gostámos. As palavras de Robert Graves mais não fazem do que dizer que «amar de cor(ação)» ultrapassa em muito qualquer «amor pela arte». Saber de cor é entrar em estreita e activa relação com a essência daquilo que somos. Os livros apõem o selo do bem.

Até que ponto terá sido Jesus de Nazaré um iletrado, em sentido próprio, estrito, continua a ser um enigma espinhoso e perfeitamente insolúvel. Tal como Sócrates, não escreveu nem publicou fosse o que fosse. A única alusão nos Evangelhos ao acto de escrever pertence ao apóstolo João, que, aquando do episódio da mulher adúl-

tera, conta de forma totalmente enigmática que Jesus traçou algumas palavras na areia. Palavras em que língua? E que significavam o quê? Nunca saberemos, porque Jesus as apagou de imediato. A sabedoria divina, encarnada no homem que Jesus foi, põe em cheque a sapiência formal e textual dos sábios e eruditos do Templo. Jesus ensina por parábolas, cuja extrema concisão e carácter lapidar interpellam sobretudo a memória. Uma ironia trágica determinou que a relação mais próxima que manteve com um texto escrito tenha sido na cruz, sob a forma da inscrição trocista afixada acima da sua cabeça. A não ser isto, o mestre e mago vindo da Galileia é um homem que pertence ao mundo da oralidade, uma encarnação do Verbo (o *lógos*), cuja doutrina primeira e suas exemplificações são da ordem do existencial, de uma vida e de uma paixão não escritas em texto, mas realizadas em actos e dirigidas, não a leitores, mas a imitadores, a testemunhas (os «mártires») também elas em larga medida iletradas. O judaísmo da Tora e do Talmude e o islão do Alcorão são como dois ramos de uma mesma raiz «livresca». A exemplar-

ridade da mensagem cristã, encerrada na pessoa do Nazareno, nasce na oralidade e é proclamada através da oralidade.

Contudo, encontramos desde as origens a dissociação e as oposições entre judaísmo e cristianismo, como até no seio do cristianismo. Estão implícitas na dialéctica de «a Letra e o Espírito», questão central de todo o nosso discurso.

Não sabemos quase nada acerca das motivações comunitárias que presidiram à transcrição das narrativas de Jesus sob a forma de Evangelhos. Será que essa transcrição adveio de um tropismo fundamentalmente hebraico em relação ao texto e à aura sagrada, com força de lei, de que o texto se reveste? Advirá ela de uma pulsão irresistível no sentido de acrescentar ou de pôr ponto final aos cânones em vigor nos textos sagrados judaicos através de textos de natureza difusa, local e infinitamente aberta, como terão sido inicialmente os Evangelhos? Não sabemos. E parece-me que não avaliamos como devíamos a incrível originalidade, o carácter absolutamente inédito de que se terá revestido o projecto evangélico (os Evangelhos não se parecem em nada

com as vidas contemporâneas ou passadas dos sábios, nem com as biografias de Plutarco ou de Diógenes de Laércio). Na verdade, a genialidade dos Evangelhos sinópticos resulta indubitavelmente da tensão extrema entre uma oralidade substancial e uma escrita performativa. A essência da sua carga provocatória assenta na transmissão quase stenográfica das palavras ditas, por intermédio de uma escrita narrativa ditada pela urgência, à luz das expectativas escatológicas de um apocalipse próximo, imaginamos nós, e do receio, certamente inconsciente, de que não houvesse tempo suficiente para apurar e cultivar a memória oral.

A idade de ouro do livro

O passo no sentido da «visualização gráfica» no interior de um livro foi dado pelo helenismo, no seguimento do neoplatonismo do quarto Evangelho, com as suas expansões de extrema sofisticação estilística (veja-se a ode ou hino introdutório) e também de S. Paulo. Paulo de Tarso não é só, verosimilmente, o mais hábil dos

especialistas em relações públicas de que temos conhecimento: é simplesmente um dos maiores escritores da tradição ocidental. De entre todas as obras literárias, as suas Epístolas continuam e continuarão a ser uma obra-prima de retórica, de alegorias usadas para fins estratégicos, de paradoxos e de um sofrimento corrosivo. O simples facto de S. Paulo citar Eurípedes mostra que era um homem de cultura livresca, quase a antítese do homem vindo de Nazaré, que o apóstolo transmutará em Cristo. Raras são as personagens históricas — lembramo-nos de Marx e de Lenine — capazes de rivalizar com a mestria da propaganda paulista, no sentido simultaneamente instrumental, didáctico e etimológico de propagação pedagógica, ou igualá-lo na intuição que tem de que os textos escritos podem transformar a condição humana. Precisamente como Horácio e Ovídio, seus contemporâneos em sentido lato, Paulo tem a certeza de que as suas palavras, uma vez transcritas, publicadas e republicadas, hão-de durar mais do que o bronze e continuar a ecoar no ouvido e na consciência dos homens quando todos os mármore se tiverem desfeito em pó.

É desse credo, marcado pela herança hebraica e helenística, que hão-de nascer e florir as majestosas imagens, metáforas em acto, do Livro do Apocalipse, com os seus sete selos, e do Livro da Vida, imagens retomadas por João de Patmos e por toda a escatologia cristã. E assim nos encontramos, de novo, quase nos antípodas da oralidade de Jesus e do contexto de iliteracia em que se movimentavam os primeiros discípulos.

A cristologia de Paulo vai evoluir no sentido do catolicismo romano, com a sua majestosa arquitectura de doutrina escrita e de exegese. Irá incluir o vasto *corpus* dos textos da patrística, isto é, das obras dos pais e doutores da Igreja, do génio literário de Santo Agostinho à intitulada, com toda a justiça, *Suma* de S. Tomás de Aquino. Mas a verdade é que, entre a «Letra» e o «Espírito», entre, por um lado, os *scriptoria* monásticos aos quais tanto devemos em matéria da transmissão dos textos clássicos que chegaram até nós e, por outro lado, a preferência dada à oralidade e infelizmente ao analfabetismo, a tensão inicial foi persistindo.

Salvo raras excepções, os pais do deserto, ascetas da Igreja primitiva, tinham horror aos livros e a quem os estudava. A circularidade infinita da prece abrindo o seu sulco, a humilhação da carne, a disciplina e a meditação deixavam pouco tempo para o requinte da leitura ou, pelo menos, tornavam-no eminentemente subversivo. Onde é que o estilita ou o miserável habitante de uma gruta da Jordânia ou da Capadócia haviam de encontrar lugar para instalarem uma biblioteca? A tradição oral ligada à penitência ou à profecia não deixará nunca de vir à superfície, mesmo que por vezes disfarçadamente, ao longo da história da prática e da apologética cristãs. Havemos de voltar a encontrá-la na iconoclastia de Savonarola e de maneira mais palpável nas renúncias de Pascal e nas ásperas suspeições que lançou sobre Montaigne, autêntica personificação da cultura livresca.

A questão fulcral, porém, continua a ser a da atitude profundamente ambígua de Roma em relação a qualquer leitura dos Evangelhos exterior ao círculo da elite consagrada. Durante muitos séculos, qualquer leitura livre da Bíblia foi,

não apenas severamente desencorajada, mas sobretudo, e em numerosas circunstâncias, considerada herética. O acesso ao Antigo e ao Novo Testamentos, com as suas inúmeras opacidades, contradições intrínsecas e mistérios persistentes, não era autorizado senão a quem fosse abalizado em hermenêutica e em teologia ortodoxa. Se existe uma manifesta diferença entre a sensibilidade católica e a protestante, consiste exactamente nas respectivas atitudes perante a leitura da sagrada escritura. Absolutamente central nas religiões protestantes (apesar de algumas iniquidades pontualmente manifestadas por Lutero), a leitura individual continua exterior às perspectivas características do catolicismo. A associação entre a imprensa e a Reforma é das que favorecem fortemente ambas as partes. A invenção de Gutenberg deixou a Igreja católica muito apreensiva. A censura (e voltaremos a esta questão) e a destruição física dos livros atravessam como um veio vermelho e ardente toda a história do catolicismo romano. Embora já não sejam tão virulentos, o *imprimatur* e o *index* das obras proibidas continuam a fazer parte da dita história. Os

diálogos filosóficos de Galileu foram retirados do catálogo dos livros malditos há não muito tempo. Salvo erro, o *Tractatus* de Espinoza ainda faz parte do rol.

A criação das grandes bibliotecas reais ou académicas — tais como o fundo Carlos V no Louvre, que conta cerca de mil manuscritos; a doação do Duque Humphrey à biblioteca Bodleian de Oxford; ou a biblioteca universitária de Bolonha — remonta à Alta Idade Média. As colecções ducais e os gabinetes de livros dos eclesiásticos e eruditos humanistas fizeram sucesso na Itália do *Quattrocento*. No entanto, foi com o desenvolvimento da classe média por toda a Europa ocidental, desenvolvimento de uma burguesia privilegiada e culta, que a era do livro e da leitura dos clássicos atingiu o apogeu.

O acto de ler livros, bem como os domínios conexos da venda e da publicação, ou das sínteses e resumos, pressupõe um determinado conjunto de circunstâncias. Em lugares emblemáticos, como a torre-biblioteca de Montaigne, a biblioteca de Montesquieu em La Brède, aquilo que sabemos da biblioteca de Walpole em Strawberry

Hill, ou visitando a de Thomas Jefferson em Monticello, podemos ficar com uma ideia. Hoje em dia, os leitores são autênticos proprietários da matéria da sua leitura, já que os livros deixaram de estar em espaços públicos oficiais. Essa propriedade exige, por sua vez, um espaço especial, aquela divisão com paredes cobertas de estantes cheias de livros, com dicionários e obras de referência que tornam qualquer leitura possível (como observou Adorno, a música de câmara dependia da existência de dependências apropriadas, quase sempre em casas particulares).

Um dos requisitos fundamentais é, também, o silêncio. À medida que a civilização urbana e industrial foi prevalecendo, o nível de ruído co-nheceu um aumento exponencial, estando hoje muito próximo da loucura. Para os privilegiados da idade clássica da leitura, o silêncio era ainda um bem acessível, cujo preço, entretanto, nunca mais parou de subir. Montaigne tinha a preocupação de mandar afastar da sua biblioteca-refúgio inclusivamente os familiares mais próximos. As grandes bibliotecas exigem pessoal que se encarregue de as manter em ordem e de encerrar

as lombadas de couro. E acima de tudo, é preciso ter tempo para ler. É impressionante a imagem que Lamb nos deixou dos «ratos de biblioteca», tais como Thomas Browne, Montaigne, ou Gibbon, cada um deles batalhando noite e dia com o seu Leviatã. Haverá algum livro que Coleridge ou Humboldt não tenham lido e anotado, acrescentando-lhe inúmeros comentários, para acabarem muitas vezes por escrever um segundo livro ou nas margens do primeiro, ou em folhas soltas, ou na proliferação das notas de pé de página? Só gostava que me dissessem quando é que Macaulay arranjava tempo para dormir...

A eclosão da barbárie sanguinária na história do século XX europeu e russo entrou ou minou a existência destas condicionantes de importância vital. A acumulação característica das grandes bibliotecas privadas foi substituída pela paixão de uns poucos: os mecenas. Os espaços vitais encolheram; hoje em dia, o armário dos discos e a pilha de discos compactos ou de cassetes ocupam o lugar da estante dos livros, especialmente entre os mais jovens. O silêncio passou a ser um

luxo. Só os mais afortunados podem ter esperança de conseguir escapar à invasão da gigantesca parafernália tecnológica. A cena do criado ou do empregado doméstico, no alto do seu escadote, a espanejar amorosamente os derradeiros volumes da biblioteca cheia a nostalgia suspeita. O tempo acelerou espantosamente, como Hegel e Kierkegaard foram dos primeiros a fazer notar. Os vários momentos de tempo livre de que depende qualquer leitura séria, silenciosa e responsável tornaram-se apanágio quase exclusivo dos universitários e dos investigadores. Vamos matando o tempo, em vez de nos sentirmos à vontade adentro dos seus limites.

As duas correntes contestatárias

Contudo, mesmo durante a idade de ouro do livro, digamos, aproximadamente entre a época em que Erasmo podia arrotar de gozo e de gratidão por ter apanhado do chão, numa rua medonhos imunda, um fragmento de texto impresso, e a catástrofe das duas guerras mundiais, houve resistências e contestações importantes ao livro.

Os moralistas, os críticos e até os escritores nem sempre parecem inclinados a considerar que os livros são «a própria vida, o sangue dos espíritos superiores», no conhecido dizer de Milton. Vale a pena prestar atenção a duas das correntes de oposição, parcialmente subtterrâneas.

À primeira chamarei «bucolismo radical». Podemos ver a forma que assume na utopia pedagógica de Rousseau, no *Emile*, como no *diktat* de Goethe, segundo o qual a árvore do pensamento e do estudo será eternamente cinzenta, ao passo que a da vida em acção, a da vida-força, da pulsão vital, essa é verde. Também há bucolismo radical no pensamento de Wordsworth quando afirma que «um impulso primaveril à sombra da árvore» vale muito mais do que toda a erudição livresca. Por muito eloquente e instrutivo que seja, o saber que se colhe nos livros e até a própria leitura vêm em segundo lugar. Parasitam a consciência imediata. O romantismo é habitado pelo culto da experiência pessoal, como acontece com o vitalismo de Emerson. Esse tipo de experiências não pode nunca ser delegado num imaginário passivo, ou em conceitos vagos. Con-

sentir que os livros influenciem a nossa vida ou uma parte substancial da nossa vida é renunciar a correr riscos e, ao mesmo tempo, ao êxtase propiciado pela relação primária e primeira com as coisas.

Em última análise, a essência da literatura é o artifício. O bucolismo radical reivindica uma postura de autenticidade, privilegia a nudez do eu. Os artifícios desta visão apaixonada, simultaneamente diversos e aparentados, foram forjados por William Blake, com a sua convicção de que a erudição é muitas vezes satânica, e também por Thoreau e D. H. Lawrence. «Desci aos infernos numa tipografia, quando vi a forma por que se transmite o saber de geração em geração», escrevia Blake. O sexto círculo dos infernos é habitado por criaturas espectrais que não têm nome e que «assumem a forma dos livros que se arrumam nas bibliotecas».

A segunda corrente de contestação ao livro tem afinidades com a do bucolismo radical, mas também deita o olho por cima do ombro, re- quando ao ascetismo iconoclasta da patrística. A questão que coloca é a seguinte: em que é que

os livros podem representar um benefício para a humanidade sofredora? Que espíritos famosos terão sido por eles alimentados? Perguntas destas foram formuladas por alguns nihilistas e por revolucionários anarquistas nos finais do século XIX, sobretudo na Rússia dos czares. Para os nihilistas, comparada com as necessidades humanas e a miséria extrema, a cota de um manuscrito raro ou de uma edição *princeps* (cotas que atingem hoje em dia valores exorbitantes) é uma completa obscuridade. Pisarev di-lo com veemência: «Para o homem do povo, um par de botas vale mil vezes mais do que a coleção das obras completas de Shakespeare ou de Púchkin.» Na sua fase pietista, o velho Tolstoi será atormentado pelas mesmas dúvidas. Radicalizando o paradoxo de Rousseau, Tolstoi considera que a grande cultura, em geral, e, em particular, a grande literatura exercem uma influência deletéria, afectando a espontaneidade, o fundamento moral dos homens e das mulheres: promoveram as noções de elitismo e de obediência à autoridade temporal; favoreceram um sistema educativo enganador e o vício da frivolidade. Tudo aquilo

de que precisa um espírito bem formado — verdadeira Tolstoi, enquanto renega as obras de ficção que escrevera — é uma versão simplificada dos Evangelhos e um breviário que lhe dê o essencial da *Imitatio Christi*. Tolstoi tinha perfeita consciência da inexistência da escrita nos ensinamentos de Jesus e dava graças aos céus por isso.

Uma vez mais, é na Rússia que os poetas futuristas e leninistas vão apelar à destruição das bibliotecas pelo fogo, enquanto a linha oficial perfilhava o mais fanático conservadorismo para dar cobertura a todas as eventualidades. A infundável acumulação de livros, de que as bibliotecas são uma espécie de santuários, representava o peso do passado, de um passado já morto, mas cujo veneno continuava a infectar. O ontem prendia com os seus grilhões a imaginação e a inteligência do hoje. Ao longo das prateleiras labirínticas desses depósitos de milhões de livros, a alma estiolando, reduzida a uma insignificância insuportável. Para quê dizer mais? Como é que um escritor haveria de se atrever a rivalizar com as estátuas marmóreas dos grandes clássicos canonicizados? Não teria já sido imaginado, pensado e

dito tudo o que valia a pena sê-lo? Quem ousará ainda inscrever numa folha em branco a palavra «tragédia», quando atrás de nós estão *Hamlet* ou *O Rei Lear*? — inquiriria Keats, angustiado.

Se a tarefa fundamental, de que a revolução seria a expressão, consistia numa renovação radical, numa renovação da consciência humana; e se o pensador ou o escritor tinham por finalidade «fazer tudo de novo» (segundo o célebre imperativo de Ezra Pound), então o peso magistral e asfixiante do passado tinha de ser rejeitado. Que a extensão gigantesca de todas as teses seja destruída e se destäça em fumo no incêndio libertador do *Instituto de Arquitectura* (Voznessenski). Que as enciclopédias e as demais *opera omnia* em línguas mortas sejam reduzidas a cinzas. Só então o pensador revolucionário e o poeta futurista ou expressionista poderiam fazer-se ouvir. Só então o poeta poderia ter a esperança de criar línguas novas, semelhantes às palavras-estrelas de Khlebnikov, ou à linguagem de Paul Celan, aurora boreal por acontecer. Era um projecto báquico, talvez desesperado. Apesar disso, inscrevia-se num desejo primordial.

Os contestatários do livro e os seus inimigos têm estado sempre entre nós. Os homens e mulheres do livro, se me é permitido retomar e alargar esta apurada categorização vitoriana, não param senão esporadicamente para pensarem na fragilidade da sua paixão.

Em 1821, na Alemanha, obrigado a pronunciar-se num período inflamado pelo nacionalismo em que foram queimados livros, Heine fez notar que «No lugar em que agora queimam livros, há-de queimar homens amanhã.» Ao longo da História, os livros foram sendo sempre lançados para a fogueira. Muitos deles foram irremediavelmente consumidos pelas chamas. Ainda recentemente, uns dezasseis mil incunábulos e manuscritos iluminados, e não reproduzidos, pereceram no incêndio devastador da biblioteca de Sarajevo. Os fundamentalistas, venham eles donde vierem, queimam livros por instinto. Os conquistadores muçulmanos de Alexandria, ao condenarem às chamas a lendária biblioteca, teriam declarado: «Se nela constava o Alcorão, não faz mal porque já temos cópias; se não constava, a biblioteca não merecia ser preservada.» Não chegou até nós

nem uma única cópia da Bíblia dos Albigenses, nem um só exemplar do grande tratado antitridentino de Serveto, condenado à fogueira pública por Calvino. Os manuscritos e até os textos dactilografados pelos grandes mestres da modernidade são ainda hoje vulneráveis. Acochado pelo terror estalinista, Bakhtine arrancou as folhas do livro de estética que escrevera para remediar a terrível falta de papel de enrolar os cigarros. Receosa de transgredir os tabus sexuais, a noiva de Büchner enfiou no forno o manuscrito de *Arémino*, quiçá a obra-prima daquele que, antes dos trinta anos, tinha já escrito *A Morte de Danton* e *Woyzeck*.

Novas ameaças

No entanto, há execuções mais lentas e menos aparatosas. A censura é tão velha e omnipresente como a escrita. Vimos já que nunca deixou de estar presente ao longo da história do catolicismo romano. Participou em todas as tiranias, da Roma imperial aos actuais regimes totalitários. É pura e simplesmente impossível arrolar o nú-

mero impressionante de textos que foram rasurados, expurgados, falseados ou totalmente silenciados. As auto-proclamadas democracias também não têm as mãos limpas. Nos Estados Unidos, quer a literatura clássica quer a contemporânea foram expurgadas ou retiradas das bibliotecas públicas e universitárias com o pretexto, pueril e humilhante, do «politicamente correcto». Na África do Sul, repetem-se com regularidade as tentativas para retirar de circulação algumas das novelas maiores de Nadine Gordimer, com receio de que os leitores negros reclamem como seu o humanitarismo lúcido da escritora. Na maior parte dos países do mundo contemporâneo, na China, na Índia, no Paquistão, nos lugares em que a herança do fascismo ou do estalinismo ainda subsiste, nos Estados mais ou menos políticos ou nas teocracias de tipo islâmico e, intermitentemente, na América do Sul, são encarcerados escritores e decretadas *fatwas*.

Porém, há duas matérias de reflexão que vêm complicar ainda mais esta análise um tanto sombria. Em primeiro lugar, a relação entre censura e criatividade pode revelar-se estranhamente pro-

ductiva. O milagre literário do período isabelino ou o da França de Luís XIV, como a história gloriosa da poesia e da ficção russas de Púchkin a Pasternak e a Brodsky parecem articular-se, numa dialéctica complexa, com as pressões que na altura se faziam sentir e com a ameaça da censura. O que quer que faça com que uma grande literatura seja subversiva, que diga «não» à barbárie, à estupidez, àquela ética capitalista, degradada, do consumo massificado que desvaloriza o nosso trabalho e as nossas vidas, essa qualquer coisa brotou sempre, como reacção, do território da censura e da opressão. «Esmaguem-nos», dizia Joyce à censura católica, «que nós somos como as azeitonas.» Ou, como sussurrava Borges: «A censura é a mãe da metáfora.» Quando o aparelho de repressão cede aos valores veiculados pelos *mass media* ou ao matraquear da publicidade, como acontece hoje em dia na Europa ocidental, assistimos ao triunfo da mediocridade.

O segundo aspecto é ainda mais problemático. Precisamente porque essa literatura, essa filosofia, esse espírito crítico, em sentido pleno, é que podem encantar o espírito humano, transformar

o nosso comportamento interior e exterior e levar-nos a agir, têm também o poder de nos depravar, de empobrecer a nossa consciência e de romper as imagens de desejo de que somos portadores. A afirmação e difusão de ideologias racistas, do erotismo sádico e da pedofilia não deixam nunca de estimular comportamentos imitativos. A evidência deste facto é gritante, embora difícil de quantificar. Nos quiosques de jornais, nos centros comerciais, entre o *soft* e o *hard*, na *Internet* e na *Web*, a enxurrada de uma quase inimaginável pornografia sádica coloca desafios incontornáveis à questão da liberdade de expressão e de publicação. O nobre ideal miltoniano que profetizava a vitória mais que certa do verdadeiro sobre o falso, em qualquer combate aberto e sem censura, é um ideal vindo de um mundo muito diferente do nosso. O *Protocolo dos Sábios de Sião* é de venda livre no Japão. De Varsóvia a Buenos Aires, há publicidade a elogiar panfletos em que se nega a existência dos campos de morte nazis, panfletos a que é fácil deitar a mão. Não será esta uma boa razão para justificar a censura? Não tenho resposta para esta

pergunta, mas considero digna de desprezo a liberdade melíflua com que são tratados estes casos.

A revolução electrónica, com o aparecimento à escala planetária do processador de texto, do cálculo electrónico e da rede informática, configura bem mais uma mutação do que a invenção dos caracteres móveis na época de Gutenberg. Aquilo a que chamamos realidade virtual poderia perfeitamente alterar o funcionamento habitual da consciência. Os bancos de dados, que atingem já uma capacidade de armazenamento quase infinita, hão-de substituir os labirintos incontroláveis das nossas bibliotecas por um punhado de circuitos. Qual será o efeito disso na leitura, na função dos livros tal como os conhecemos e amámos? Esta questão converteu-se em tema das mais acaloradas discussões.

Até aqui, algumas experiências interessantes vieram a revelar-se pouco concludentes. A rede de relações entre romancistas e respectivos leitores, seguindo uma fórmula de colaboração aberta e aleatória (testada, por exemplo, por John Updike), limitou-se a provocar um interesse pas-

sageiro. Os programas de tradução automática são animais primitivos, perfeitamente incapazes de se orientarem no meio da pluralidade semântica dos significantes e do contexto informativo, já de si rico de significado na linguagem natural, quanto mais na linguagem literária. A passagem dos manuscritos e impressos para o ecrã foi especular em termos de volume e de acessibilidade (esta transferência abrangerá dentro de pouco tempo os cerca de sessenta milhões de volumes só da biblioteca do Congresso, em Washington). Modificou também radicalmente as metodologias de ensino, a forma por que se opera a permuta de conhecimentos científicos e tecnológicos e as técnicas de ilustração. A biblioteca do Congresso decidiu até que, de futuro, só as Letras, ou seja, os textos que aspiram a um estatuto literário, seriam publicadas sob a forma de livro impresso, alargando ainda mais o fosso que separa aquilo a que De Quincey chamou «a literatura do saber» da «literatura do poder». Algumas editoras — a Penguin, por exemplo — publicam já livros em formato de bolso, cujo aparato crítico só está disponível na *Web*.

Por outro lado, não há garantia nenhuma de que o número de livros impressos nos formatos tradicionais venha a diminuir. Parece até que o contrário é que está a acontecer. Na realidade, há uma quantidade incrível de novos títulos — só em Inglaterra, cento e vinte e um mil no ano passado —, o que constitui talvez a maior ameaça a pesar sobre o livro e sobre a sobrevivência das livrarias de qualidade que precisam de espaço suficiente para armazenar as obras e poderem dar resposta aos interesses e necessidades de todos, inclusivamente das minorias. Em Londres, um primeiro romance que não apanhe logo a favor o vento mediático, ou não seja louvado pela crítica, é devolvido ao editor ou vendido em saldo quinze dias mais tarde. Não há pura e simplesmente tempo para o amadurecimento ou para o gosto da aventura exploratória a que tantas obras ficaram a dever a sobrevivência.

Também não é claro que o uso do ecrã faça com que a leitura tradicional se torne obsoleta. É preciso tempo para que o impacto se faça sentir. Já apareceram estudos que dão conta de que as crianças alimentadas pela televisão e pela

Internet podem eventualmente manifestar perturbações da vontade ou apresentar carência dos requisitos necessários para aprenderem a ler, na acepção antiga do termo. Semelhante às artes da memória, à ginástica da concentração, à atrofia do silêncio (calcula-se que qualquer coisa como oitenta por cento dos adolescentes americanos são incapazes de ler sem música de fundo), o lugar ocupado pela leitura na civilização europeia está fadado a restringir-se. É possível (e uma hipótese destas está longe de me entristecer) que o tipo de leitura que tentei definir e a que chamei «clássica» venha a ser de novo uma espécie de paixão particular, ensinada em «casas de leitura», a que nos dedicáramos como Achiba e os seus discípulos fizeram depois da destruição do Templo, ou como a leitura que era praticada nas escolas monásticas ou nos refeitórios conventuais da Idade Média. Uma forma de leitura que culmina precisamente com o exercício de acção de graças e aquela música do espírito que é o saber de cor (note-se a felicidade do paradoxo na palavra «cordialidade», palavra que contém a raiz de «coração»). É cedo demais para o afirmarmos.

Vivemos num período de transição muito mais rápida e muito mais difícil de «decifrar» do que qualquer outra até agora vivida.

O escândalo do livro

A bestialidade do nazismo, tal como foi planeada, organizada e concretizada na Europa do século XX, desenvolveu-se no cerne de uma cultura altamente erudita. Nenhum país reverenciou tanto como a Alemanha ou estimulou com idêntico empenhamento a vida espiritual, a produção e o estudo dos livros, o estudo das humanidades acadêmicas. Mas em momento algum as forças da erudição e da sensibilidade humanista se dispuseram a pôr um travão ao triunfo da barbárie. Sob o *Reich*, o ensino da filosofia, da filologia, da história antiga e medieval, da história da arte e da musicologia continuou a ser de alta qualidade. Como Gadamer afirmou de forma particularmente revoltante, bastava comportar-se *maierlich* (de maneira conveniente, respeitando as convenções) relativamente ao regime nazi para se poder seguir uma carreira universitária bri-

lhante, dedicada ao estudo e ensino dos clássicos. A única indiscrição que era absolutamente necessário não cometer era ser judeu! Um dos filósofos mais originais e influentes no pensamento ocidental produziu textos decisivos durante a guerra. Ainda está por deslindar o essencial da história desta feliz coincidência entre a desumanidade mais sistemática e uma forma de simpatia ou de indiferença geradora de uma cultura tão elevada. A coisa ultrapassa largamente o contexto da Alemanha nazi. A Paris ocupada foi também ela testemunha de uma produção de livros e de peças de teatro que se contam entre as obras mais importantes da literatura francesa moderna.

O escândalo não está só no facto desta coexistência. Os génios literários e filosóficos fizeram a corte à parte mais sombria do homem, escutam-na e apoiaram-na. Não é possível separar o esplendor das obras de Pound, de Claudel, ou de Céline das suas temíveis simpatias políticas. Complicada em todos os aspectos, «privada» como o foi, a relação de Heidegger com o nazismo e a manha do silêncio a que se remeteu depois de

1945 têm muito que se lhe diga. Tal como o apoio activo que Sartre deu ao comunismo soviético, até muito depois de terem sido reveladas as selvajarias exercidas sobre escritores e intelectuais nos campos de reeducação da China de Mao ou na Cuba de Castro. «Jamais negarei a convicção que tenho de que todo o anticomunismo é uma inferioridade.» Assim dizia um dos mestres da intelectualidade do nosso tempo.

O intelectual, o mandarim universitário, o rato de biblioteca não frequenta a escola da bravura. Com raríssimas excepções, o vento de loucura do maccartismo — bem menos perigoso do que qualquer totalitarismo fascista ou estalinista — foi acolhido com resignação ou com conviência. E, de novo, são raras as excepções à chantagem do «politicamente correcto», que encontrou pouca resistência e não fez com que se erguesse de indignação a *dignitas* do meio universitário. Foram muitos os que uivaram com os lobos. E não poucos os que se deixaram devorar pelo remorso.

Mas estes foram apenas fenómenos de superfície, modelos comportamentais. Talvez o cerne da questão esteja bem mais fundo. Falta-me

pouco tempo para completar meio século de ensino e de escrita; quase meio século de vida consagrado à contínua leitura e releitura (ainda não tinha seis anos quando o meu pai me iniciou na música de Homero, na da oração fúnebre de John de Gaunt no *Ricardo II*, e nos poemas líricos de Heine) e continuo assombrado — não encontro outra palavra — por uma hipótese de natureza psicológica. Faço questão de sublinhar que, provavelmente, não passa de uma hipótese, *Deo volente*, errada.

O fascínio exercido pelo imaginário, pelas «ficções supremas», como lhes chamava Wallace Stevens, sobre a consciência humana é de natureza magnética. O imaginário ou a abstracção conceptual são capazes de invadir e de se assenhorear do território da nossa sensibilidade. Ninguém tem a noção cabal da gênese de uma personagem de ficção nascida do espírito do escritor e do raspar da pena no papel. E, no entanto, essa personagem está prestes a adquirir uma força de vida, um poder sobre o tempo e sobre o esquecimento muito superiores aos de qualquer indivíduo. Quem de entre nós possui nem que seja

uma fracção da vitalidade, da «presença real», que emana da odisseia homérica, do *Hamlet*, do *Falstaff*, ou do *Tom Sawyer*? Na agonia, Balzac clamava pelos médicos que tinha inventado na *Comédia Humana*. Segundo Shelley, um homem verdadeiramente apaixonado pela *Antígona* de Sófocles jamais poderia viver uma experiência semelhante com uma mulher real. Flaubert sentia-se rebentar como um cão enquanto «a puta da Bovary» se preparava para viver eternamente.

Depois de termos passado horas, dias, semanas a ler, a decorar, a explicar a nós mesmos ou aos outros uma das extraordinárias odes de Horácio, um canto do *Inferno*, os actos III e IV de *O Rei Lear*, ou as páginas em que se narra a morte de Bergotte no romance de Proust, regressamos às tarefas domésticas, miudinhas e insignificantes. Mas continuamos presos aos textos. O grito na rua mal nos chega aos ouvidos, se é que damos por ele. Fala-nos de uma realidade desarrumada, contingente, vulgar e transitória, impossível de comparar com a que se apoderou da nossa consciência. Que vale esse grito na rua comparado com o que Lear lança a Cordélia, ou

com o de Ahab quando se vê preso ao seu monstro branco? Morrem por dia milhares, centenas de milhares de pessoas, visionadas nos ecrãs televisivos de um mundo asséptico, em monotonia total. Acontece, porém, que a destruição de estátuas longínquas por afegãos fanáticos ou a mutilação de uma obra de arte num museu têm mais impacto na nossa alma. O erudito, o verdadeiro leitor, o fazedor de livros, vive saturado pela intensidade terrível da ficção. Por formação, fica predisposto a identificar-se de maneira mais intensa com as realidades textuais, com a ficção. Essa educação, a atenção dada às antenas, aos órgãos de empatia — cujo alcance nunca é infinito — podem incapacitá-lo para se relacionar com aquilo a que Freud chamou «o princípio da realidade».

É provavelmente neste sentido paradoxal que o culto e a prática das humanidades, o convívio assíduo com os livros e o estudo deles acabam por ser factores de desumanização. Podem dificultar-nos a resposta activa a uma realidade política e social complexa, tornam mais difícil o empenhamento total relativamente às realidades

circunstanciais. Sopra um arzinho frio de desumanidade na torre de Montaigne, nas regras estabelecidas por Yeats, segundo as quais o homem deve escolher entre a perfeição da vida e a da obra, ou na certeza de Wagner de que os que o tinham auxiliado durante a vida não tinham de ser ressarcidos porque bastava figurarem numa nota da sua biografia para se tornarem imortais.

Enquanto professor, alguém para quem a literatura, a filosofia, a música ou as artes são a verdadeira substância da vida, como poderei eu exprimir a necessidade que sinto de uma lucidez moral, consciente das necessidades humanas e da injustiça que torna possível uma cultura a tal ponto elevada? As torres que nos isolam são mais sólidas do que o marfim. Não sei de resposta satisfatória para este problema.

Contudo, temos de encontrar uma resposta. Temos de a encontrar, se quisermos ser merecedores do privilégio desta nossa paixão, do milagre sempre renovado de segurar nas mãos um novo livro — *Cui dono lepidum novum libellum?*, perguntava Catulo — e, finalmente, se quisermos tomar parte, ainda que modestamente, na nos-

tálgica afirmação de superioridade que se desprende da sua súplica: *quod, o patrona virgo/ plus uno maneat perenne saeclo* (Ó Musa, consente que vivamos ainda um ou dois séculos!«).

GEORGE STEINER

Esse Vício Ainda Impune

MICHEL CRÉPU

Cum libellis loquor
Converso com os livros

PLÍNIO, *o Jovem*

De cada vez que, a propósito de livros, se começa a dramatizar, fico sempre com brotoeja. O Amor pelos livros, o Ódio aos livros, a Fúria da leitura... Palavra! Quando penso em livros, nunca vejo fogueiras; vejo, sim, um rapazinho sentado ao fundo de um jardim, com um livro em cima dos joelhos. Está ali e não está; chamam por ele, é a família, o tio que acabou de chegar, a tia que se vai embora. «Vem despedir-te!»; «Vem dizer bom-dia!» Ir ou não ir? O livro ou a família? As palavras ou a tribo? Optar pelo vício (não punido) ou pela virtude (recompensada)? Quando Larbaud emprega a expressão «vício impune», aquilo que me intriga é o

adjectivo. Impune, realmente? Haverá então uma espécie de impunidade para a leitura? Pois é verdade. Um privilégio de clandestinidade que permite, afinal, prosseguir as operações com toda a tranquilidade. O tio chegou, a família está sentada em volta da mesa, fala-se da situação e o rapazinho que estava no fundo do jardim finge que está a prestar atenção. Mas dispõe de um silêncio só seu, tem assuntos apenas seus, como a cavalgada invisível de Miguel Strogoff através das estepes, tudo isso no meio da confusão dos jarros de vinho, dos guardanapos, das vozes e das gargalhadas. Obedeceu ao chamamento, uma simples mudança de lugar, mas continua a desobedecer pensando noutra coisa. À mesa não se lê? Não faz mal, o livro continua a ler-se na cabeça dele. Só mais um bocadinho de paciência e lá estará o quarto e o silêncio da luz coada pelas persianas. É o magnífico começo de *Em Busca do Tempo Perdido*, com o paraíso de Combray e das «*belas tardes*» de leitura à sombra do castanheiro, no refúgio da guarita onde se opera a metamorfose, um tempo outro a nascer dentro do tempo, um mundo outro a surgir do nada. Os

sinos da igreja de Méséglise batem as horas, mas o narrador já não os ouve — «Algo que tivera lugar, não tivera lugar em mim; o interesse da leitura, mágico como um sono profundo, tinha confundido os meus ouvidos alucinados e apagado o sino de ouro na superfície azulada do silêncio.»

Vê-se perfeitamente que o narrador, que tanto medo tem de se ir deitar sozinho, não é tresloucado da cabeça. Sim, não será ele quem vai receber, no fundo do jardim, a revelação, a imposição de uma missão profética por parte de quem fabrica tiranos e fundadores de religiões. No entanto, será realmente ele, no final, a afastar o véu do Tempo para que o grande ciclo recomece; existe um caminho que leva do jardim de Combray ao triunfo da Arte sobre a morte. Lá ao fundo, na guarita ou debaixo do castanheiro, o narrador não gizava coisa nenhuma, não prometia nada, pura e simplesmente não estava lá. Ou melhor, estava lá, mas num outro plano, no centro de um coração invisível, num «sono profundo», mais vívido e mais real do que os seres vivos e do que o mundo que o rodeava. Será uma

maneira de estar assim tão execrável? Diga-se de passagem que a tribo familiar também vai tendo os seus pequenos hábitos de leitura; a avó e a per-pétua companhia das cartas de Madame de Sévigné, os jornais do dia lidos pelo pai e depois, já noite fechada, a voz da mãe lendo *François le Champi*, «obra em que está contida» — diz-nos Proust pela boca do narrador — «uma literatura inteira.»

O que é a literatura? Um lugar que não é lugar, um tempo que não se mede pelo tempo, uma língua que não é a linguagem. Esse lugar, esse tempo e essa língua podem tornar-se objecto de um desejo, permitem presentir uma forma particular de conhecimento, ou talvez de revelação. Ouçamos ainda o narrador de *Em Busca do Tempo Perdido*: «Na espécie de ecrã matizado de estados diferentes que, enquanto eu lia, a minha consciência ia desdobrando em simultâneo, estados que iam das aspirações mais profundamente escondidas dentro de mim até à visão absolutamente exterior do horizonte que, ao fundo do jardim, tinha diante dos olhos, o que em primeiro lugar havia em mim de mais íntimo, a força do pulso que em constante movimento

governava o resto era a minha crença na riqueza filosófica, na beleza do livro que estava a ler e o meu desejo de me apropriar delas, fosse qual fosse o livro.» Fosse qual fosse o livro, *François le Champi*, ou um dos livros referidos pelo professor ou pelo colega que por instantes me terão parecido ser «os detentores do segredo da verdade e da beleza meio adivinhadas, meio incompreensíveis, cujo conhecimento constituía o objectivo vago mas permanente dos meus pensamentos».

Esta inclinação platónica que docemente anima o movimento global de *Em Busca do Tempo Perdido* lembra, de maneira um tanto profana («qualquer que fosse o livro»), a relação com o Livro característica da tradição monástica beneditina do Ocidente cristão; a *lectio divina*, em que, dia após dia, o monge tenta captar a inesgotável riqueza do versículo bíblico. Relação de desejo, de esforço árduo, de tensão calma e que culmina no exercício do louvor. É bem provável que existisse, nesse desejo ardente, a secreta ambição mística de acabar de uma vez por todas com a paciência necessária à meditação, com a passagem pelas

palavras, talvez até o desejo inconfessado de acabar com o Livro. Mas também indubitável, e neste caso durante a história inteira do monasticismo, foi a necessidade de recomençar sempre a aprendizagem, aquela *ars grammatica* que o monge Cassiodoro considerava ser o objecto dos seus votos, em complemento, se assim se pode dizer, dos preceitos da regra de S. Bento. E a palavra «gramática» não deve prestar-se a equívocos, designando neste caso uma coisa completamente diferente de saber as conjugações: trata-se do conjunto complexo de uma retórica e até, sobretudo, de uma poética. Qualquer experiência espiritual que ignorasse esta lição ruminada das formas da linguagem era impossível, como impossível era o êxtase que não ficasse a dever a sua luz ao rigor da leitura literal. Jean Leclerq escreveu, num livro admirável¹, a história da tensão intrínseca, que preside a toda a tradição espiritual da Idade Média, entre o pólo escolástico e o pólo monástico, em que o comentário configura um contraponto da oração; o comentário respon-

¹ *L'amour des lettres et le désir de Dieu*, Cerf, 1957.

dia ao gosto pela *quaestio* e pela *disputatio*; a oração, à *meditatio* e à *oratio*.

Entregue a si mesmo, o prazer do comentário, com o seu séquito de enigmas, perdia-se na exibição retórica; deixando-se arrastar pelas efusões que lhe são próprias, o prazer do louvor desembocava num poema improvável de que a vaidade também não estaria ausente. Não há mística sem teologia, como não há teologia sem uma estética e isto constitui um todo, uma só urdidura, uma seda frágil que há-de resistir praticamente até ao século xvii, até às tão subtis páginas da *Introdução à vida devota* de Francisco de Sales, e que há-de rasgar-se devido à querela do quietismo, dita do «puro amor», episódio de importância fundamental na história da espiritualidade francesa, que vai opor o teólogo Bossuet ao «casal» místico Fénelon-Madame de Guyon. Parecem duas parcelhas a puxar em sentidos opostos: Bossuet aferrolhando (admiravelmente) a relação com o Livro e o par Fénelon-Guyon consentindo (admiravelmente) que a embarcação parta à deriva, dando quase a entender que, ao fim e ao cabo, é perfeitamente possível dispensar a embar-

cação, ou seja, dispensar um Livro, uma Igreja, um Poder, uma Instituição, etc. Feitas as contas, nada mais haveria para além da experiência, a experiência do mais completo desinteresse, do total desprendimento, único sinal verdadeiro do «puro amor». Aquilo que fora um tecido único e em que Francisco de Sales é indubitavelmente o último a lavar um derradeiro motivo ao celebrar as núpcias entre a razão mundana e o gosto pela elevação espiritual, vai, a partir de então, divergir e rasgar-se. Mas o rasgão produzirá alguns paradoxos, dado que é fácil, demasiado fácil, reduzir Bossuet a uma espécie de carcereiro, uma besta hostil aos devaneios da subjectividade, aprisionando a significação para melhor a defender dos ultrajes; sim, Bossuet corre o ferrolho, mas fá-lo para garantir como essencial o princípio de uma relação com as Sagradas Escrituras, não «fundamentalista», como hoje se diria, mas porque em sua opinião a Escritura é o único caminho, por intermédio da Eucaristia, a conduzir à felicidade suprema. Fénelon e Madame de Guyon, passando por «os modernos» da questão, dão a impressão de deitar o Livro para trás

das costas e, com ele, um certo sentido de finitude... É que, para Bossuet, Deus implica uma gramática e essa gramática é nada mais nada menos do que a afirmação do mistério da Encarnação; há uma gramática do Verbo feito carne de que a Escritura é a narrativa. Para Madame de Guyon, Deus não é senão um oceano onde há que perder-se. Quanto a Fénelon, podia ter servido de mediador entre os dois irreconciliáveis adversários, mas houve qualquer coisa que o impediu. Que terá sido? Talvez uma certa condescendência relativamente a Bossuet? E aí é que reside a enorme tristeza desta guerra, mas isso é outra história. Fiquemo-nos apenas pela grandeza das apostas, a violência do combate e as suas paixões.

E é bom que não haja ilusões. Por detrás desta querela do «puro amor» que hoje já não diz nada a ninguém, era já a confrontação entre o classicismo e o romantismo que se desenhou. De um lado, a fidelidade às formas, a uma gramática que era supostamente a única capaz de transmitir uma significação; do outro, a vertigem da efusão que aponta para o que está para lá da

forma, um salto para fora da linguagem. Que livro seria capaz de realizar um salto desses? Entre os românticos, um Novalis ou um Kleist tentaram escrevê-lo. Uma escrita de êxtase imediato, com total desprezo pela partitura a que fosse preciso obedecer, como um bailarino que treina na barra antes de se lançar pelo ar. Poderemos nós considerar, neste propósito de êxtase, o primeiro sinal de uma vertigem que há-de apoderar-se dos corações mais tarde, nos dias sombrios do século xx? George Steiner parece pensá-lo abertamente quando evoca, sobre um fundo de fogueiras purificadoras, o dito de Goethe que opõe à «árvore cinzenta» do pensamento o brilho resplandecente da «vida em acto», ou então quando lembra o exemplo americano de um Emerson, ou de um Thoreau, praticantes do «bucolismo radical» que privilegia a experiência vital quando comparada com as abstrações intelectuais. E, no entanto, que se saiba, Goethe não se fez lenhador; quanto à preferência pela «vida em acto», optou por escrevê-la; continuava a jogar-se tudo no espaço do livro. Heine comparava a beleza da poesia de Goethe à agilidade inacessível das bor-

boletas e acrescentava: «Em França, não é possível fazerem ideia do que isto seja se não souberem a língua alemã. As canções de Goethe têm um encanto lúdico que é irresistível².» Em Providence, Massachusetts, ainda podemos ver, nas margens da lagoa de Walden, a cabana onde Thoreau viveu durante dois anos e dois meses; é verdade, Thoreau procurou ali uma arte de viver imediata, sabendo que não podia contar senão com a eficácia dos gestos quotidianos; mas de nada saberíamos se Thoreau não tivesse extraído dessa experiência um livro magnífico. A verdade de *Walden* ou *A Vida nos Bosques* é o regresso à cidade e a necessidade de retirar daí uma conclusão escrita. O mesmo Thoreau passou a escrito as suas deambulações pedestres pelo Cabo Cod ou nas florestas do Maine, outras tantas obras-primas onde não é exagero ler o prenúncio daquilo que mais tarde será, por intermédio de Whitman, a grande prosa lírica da *beat generation*, a do Kerouac de *On the Road*, ou a do Ginsberg de

² Cf. *Histoire de la religion et de la philosophie en Allemagne*, Imprimerie nationale, 1993.

Howl. Não uma ruptura com o gesto da escrita, com o trabalho do livro, mas a busca de outras formas que dissessem o mundo moderno, com as suas estridências e rupturas, a beleza da sua harmonia. Não era esta a ambição da primeira vanguarda europeia de Dada? George Steiner contenta-se em notar que «os poetas futuristas e leninistas» apelaram à «destruição das bibliotecas pelo fogo»; é dar de barato a grande aposta estética que atravessou a Europa inteira nos primeiros anos do século xx, de Paris a Berlim, ou de Roma a Zurique, aposta feita de prenúncios, quase profética, nas vésperas da Primeira Guerra Mundial. Reduzir a história das vanguardas europeias à fúria iconoclasta da revolução bolchevique é falsear o sentido complexo dessa história, o núcleo das suas contradições. De facto, a história estética do século xx literário é a de um livro impossível de escrever e culmina nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, no momento em que Joyce pôs ponto «final» (coisa que não existe) na empreza louca que fora *Finnegans Wake*.

Mas a embarcação foi prosseguindo a sua rota e *Finnegans Wake* parece, olhado de agora, um

daqueles vulcões solitários que desaparecem no horizonte. Que teria Joyce pensado das combinações do tão vasto jogo da *Internet*? A realidade de que foi o demiurgo ao dar-lhe uma forma (a do «andolita» combinada com o fluir do rio Leffey) tornou-se o caos que é o nosso ambiente. Nunca tinha acontecido que as condições para se adquirir o saber passassem a ser tão acessíveis e nunca acontecera que a possibilidade de fazer delas uma arte fosse tão improvável. Centenas de sociólogos têm vindo a chamar a nossa atenção para este facto. O armazém dos conhecimentos está mesmo à mão de semear; posso ir da cadeira em que estou sentado até ao Prado, enfronhar-me na biblioteca de Oxford e regressar fazendo um giro pela Rua de Richelieu. O que nos falta é paciência e silêncio; o que nos falta é pura e simplesmente tempo, o que também quer dizer aborrecimento. George Steiner di-lo com toda a clareza: qual será o efeito desta realidade na leitura, na função dos livros tais como os conhecemos e amámos? É já possível constatá-lo, reparando no efeito de exotismo cada vez mais estranho suscitado pelo acto silencioso da leitura,

o espanto provocado pela decisão de fulano de tal de ficar fechado em casa durante três dias para escrever. Hoje em dia, a coisa mais extraordinária seria o espectáculo de um rapazinho correndo a refugiar-se na sombra de uma cabana munido do livro que está a ler. Ao rapazinho dos nossos dias nem sequer lhe passa pela cabeça entrar no quarto para devanear, abrir um romance numa página qualquer e deixar-se hipnotizar pelo mistério dos caracteres. Estão à espera dele em toda a parte, a tribo chama por ele sem parar, na lição de judo ou de viola, no clube de teatro e até na biblioteca! A experiência da solidão, do olhar fixado na janela por cima dos telhados, a experiência dessa tão estranha e doce tristeza que se esconde no fundo de cada livro como uma luz feita de sombras, essa experiência fundamental que é, afinal, a iniciação ao mundo e à finitude, essa experiência é quase impossível, proibida, até. E em tal caso vejo-me obrigado a falar de «ódio».

Ao menos, o jovem narrador do *Em Busca do Tempo Perdido* podia exilar-se, passar para o outro lado do espelho que ninguém ficava real-

mente zangado por causa disso. Aliás, a severidade da figura paterna será sua adjuvante ao exigir-lhe a necessária solidão: sem a imposição de se retirar para o quarto, o início da vocação para a escrita nunca teria acontecido e, afinal, o *Em Busca do Tempo Perdido* nunca teria existido. Tudo muda a partir do momento em que a imposição se altera: não o subir para o quarto, mas o fugir dele seja como for. Que diria o pai actual de um virtual narrador? Não diz coisa nenhuma, está cansado, tudo isso o aborrece, está a dar futebol na televisão. Se, dadas estas circunstâncias, o filho opta pelo quarto, isso tem a ver com doença, ou com um egoísmo escandaloso; Zidane está ali a dar tudo por tudo pela França e há quem prefira as *Mil e Uma Noites*? Venha o castigo, a punição! Psiquiatra! Medicina! Angústia! Correio dos leitores: «O meu filho/a minha filha já não querem ver a 'Star-Ac' com a família, o que é que me aconselha?» O médico responde: «Está a atravessar uma fase difícil, não tenha receio de falar com ele, vai ver que volta para si, etc.» A verdade é que declarações deste género espalhadas por tudo o que é revista cons-

tituem uma autêntica declaração de guerra, de que a recente polémica anti-psicanálise não passa de um entre outros sintomas. Qual a razão desta fúria toda contra Freud, senão o facto de, na sua teoria, ele deixar em aberto a hipótese de uma cura impossível? Podemos tratar dos dói-dóis, mas não há cura para o facto de termos nascido; há que tirar o máximo partido desta constatação, talvez até a possibilidade de se ser feliz. É a isto que se resume a mensagem freudiana, coisa que horroriza os «comportamentalistas». É inadmissível que um homem de ciência se mostre tão desenvolto em matéria de eficácia, critério científico absoluto: aquilo a que dantes Ferdinando Camon chamava a «doença humana» voltou a ser ilegível. É verdade que, bem vistas as coisas, Freud saiu direitinho do Talmude. É mau, isso é muito mau! Outra vez a maldita da Bíblia, lá por detrás, a puxar os cordelinhos. Felizmente, anda por aí o Michel Onfray a ensinar-nos o quão mal devemos pensar disso.

O facto novo é que esta guerra aos desacatos do vício ainda impune (e é bom que percebamos que não vai continuar assim por muito mais tempo), em nome do desenvolvimento e da rentabilidade

tanto psicológica como comercial, é conduzida por um exército de patetas radiantes de estupidez e de uma ambição feroz. São os imbecis de que falava Bernanos. São infalivelmente reconhecíveis pelo mau gosto, pela incapacidade de usarem com bom senso e justeza o poder de que gozam hoje em dia. É o aspecto cómico da situação, porque, apesar de tudo, este existe: o poder mediático tem as mãos vazias, a substância que se propõe transmitir é nula. De resto, falar de «transmissão» é supérfluo, porque isso faria supor que havia ainda, no fundo da tal estupidez radiante, uma relação com o passado, uma relação com a biblioteca, um qualquer conhecimento das formas anteriores que vão prosseguindo o seu labor subterrâneo. Ora não é nada disso. Pouco importa o que produzimos, dizem com os seus botões os tais novos imbecis, o que importa é estarmos aqui, a comandar, e que as saídas estejam devidamente controladas. Acima de tudo, nunca deixar entrar, por desatenção, um humanoíde competente; a partir daí, passa a ser preciso gerir aqueles problemas detestáveis do tipo de prestar atenção ao que se escreve, exercitar o

juízo estético, arranjar tempo para ler, coisas por demais exasperantes; enfim e em resumo, trabalhar. Ora o que acontece de especial é que viver com os livros e às vezes escrevê-los tem a ver, ao mesmo tempo, com o trabalho e os tempos livres, o tal *otium* de que falavam os antigos, a «esfera» do vagar fora da qual, afinal de contas, nada se passa. Descanso como forma de trabalho? Trabalho como forma de descanso? Exactamente. Não há «signo», não há «revelação» fora dessa aprazível e trabalhosa vacuidade em que respira o jovem narrador do *Em Busca do Tempo Perdido*. Só então uma tarefa pode desabrochar, um esboço, depois outro e outro ainda: a obra a nascer passo a passo, por si mesma, quase sem se dar por isso, da mesma forma que o pequenino Marcel, sentado na parte de trás da caleche, é apanhado pela visão dos campanários de Martinville, visão de êxtase que desencadeia o primeiro acto de escrita no interior do romance. Acontece um *big bang* invisível, muito discreto, sem conseqüências dignas de nota, ninguém deu por nada. Vai haver ainda um entardecer e uma manhã; o senhor Swann há-de vir jantar nessa noite, está

um dia magnífico, é tempo de férias, e, apesar de tudo, houve qualquer coisa que falou.

Então, é o fim de tudo o resto? Claro que não; é só um regresso à clandestinidade, a uma forma de selvajaria, no sentido em que Claudel dizia que Rimbaud era «um místico em estado selvagem». Às vezes acontece cruzarmo-nos com jovens vagabundos como estes, ainda incendiados por uma palavra nascida nas profundezas de uma biblioteca. Quem lhes falou? Que livro foi esse? A quem pertencem essas palavras espantosas? Não há resposta. Pelo caos passa uma sombra. Outras vezes, terá sido um augusto professor que se encarregou de fazer as apresentações, como aquele velho jesuíta que dizia aos alunos que devíamos ler Baudelaire de joelhos. O mestre augusto morreu, já não há ninguém que o reveze e continue. Começa a sentir-se uma solidão inaudita. G. K. Chesterton escreveu: «Havia homens, pensava eu, capazes de jejuar durante quarenta dias para terem a alegria de ouvir um melro a cantar. Outros havia capazes de atravessar as chamas para encontrarem uma margarida.»

É bonito.

MICHEL CRÉPU



Obras de George Steiner

1. As Lições dos Mestres
2. A Ideia de Europa
3. O Silêncio dos Livros

Temos tendência a esquecer que, por serem altamente vulneráveis, os livros podem ser suprimidos ou destruídos. Como as demais produções humanas, os livros são portadores de uma história, história essa cujos primórdios continham já em germe a possibilidade ou a eventualidade de um fim.

George Steiner sublinha assim a permanência incessantemente ameaçada e a fragilidade da escrita, interessando-se paradoxalmente por aqueles que quiseram – ou querem – o fim do livro. A sua abordagem entusiástica da leitura une-se aqui a uma crítica radical das novas formas de ilusão, de intolerância e de barbárie produzidas no seio de uma sociedade dita esclarecida.

Essa fragilidade, responde Michel Crépeu, não nos remeterá para um sentido íntimo da finitude que nos é transmitido precisamente pela experiência da leitura? *Essa tão estranha e doce tristeza que se encontra no âmago de todos os livros como uma luz de sombra.*

A nossa época está prestes a esquecer-se disto. Nunca os verdadeiros livros foram tão silenciosos.



gradiva